

SEIS COORDENADORES DE CURSO DA UNIVERSIDADE VOTARAM CONTRA A ADOÇÃO DE COTAS

Ufes terá cota para negro, índio e aluno de escola pública

O modelo de reserva de vagas, no entanto, só será definido no dia 5

ELISANGELA BELLO

ebello@redgazeta.com.br

ADEMAR POSSEBOM

apossebom@redgazeta.com.br

A câmara de graduação da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) aprovou ontem a adoção da política de cotas para negros, índios e estudantes de escola pública. O modelo de reserva de vagas a ser adotado, porém, que era o propósito da reunião, não foi votado.

Seis coordenadores de curso

tas para negros, índios e estudantes de escolas públicas não chegaram sequer a ser discutidos, mas a expectativa é de que a aprovação desses parâmetros não passe da reunião de abril. "Há um compromisso de que a câmara aprove a regulamentação das cotas nessa nova reunião", afirmou pró-reitor de graduação, Santinho Ferreira de Souza.

Os membros da comissão pró-cotas da Ufes também participaram da reunião e do debate que antecedeu a dis-

cussão com os coordenadores de curso. Para o pró-reitor, um dos motivos do adiamento da votação do sistema de cotas se deve ao fato do assunto ser polêmico. "Claro que é polêmico, a aprovação da política afirmativa não aconteceu por unanimidade. Além disso, a reunião começou mais tarde que o previsto", justificou.

O modelo proposto pela comissão pró-cotas, desde agosto do ano passado, e que vem sendo debatido pela comunidade acadêmica, prioriza a reserva de vagas para negros em primeiro lugar (26%), depois para estudantes de escolas públicas (25%) e para índios (1%), totalizando 52% de vagas reservadas.

Instituto James dos Santos Neves
Biblioteca

Votação adiada decepciona câmara

A comissão avalia que a Ufes perde a oportunidade de definir uma proposta própria para as cotas

Membros da comissão pró-cotas da Ufes, que participaram da reunião da câmara de graduação ontem, ficaram decepcionados com o fato do sistema não ter sido votado. A comissão avalia que, adiando a decisão, a Ufes perde a oportunidade de definir com autonomia uma proposta própria para as cotas.

"Há pessoas que ainda re-

sistem às cotas. Não adianta mais ficar discutindo. Só que quem é contra fica protelando. O problema é que, quando a lei vier, todo mundo vai ter que aceitar", lamenta a professora Leonor Franco de Araújo, que coordena o Núcleo de Estudos Afro-brasileiros da Ufes e o curso de História.

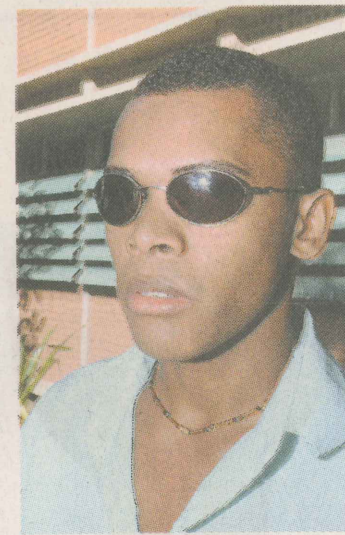
Ela afirma ainda que havia um desinteresse dos membros da câmara sobre o assunto. "Havia gente questionando o percentual de cotas que a proposta da comissão definiu, que é de 52%. Mas isso não saiu da nossa cabeça. Estamos acompanhando as discussões em nível na-

cional. Esse percentual é o apontado pelo IBGE de negros e pardos no Estado".

Para o coordenador da comissão pró-cotas, professor Joaquim Beato, houve avanço e retrocesso na reunião. "Se você pensar que antes não havia nada, é um avanço. Mas se pensar que esta proposta está sendo debatida desde agosto, não".

Ele também considerou pequeno o interesse pela proposta. "Achô que vão esperar para que o projeto do congresso seja aprovado e as cotas possam ser implantadas em até seis anos. É o racismo brasileiro, sempre mascarado".

ELES SÃO A FAVOR



Seis coordenadores de curso votaram contra a adoção de cotas na reunião que começou às 11 horas, após o debate com estudantes, professores e membros do movimento pró-cotas. Um dos debatedores convidados foi o professor da Universidade de São Paulo (USP) Hélio Santos, que falou a favor da política de cotas. Os outros dois convidados, que falariam contra a política não compareceram.

A decisão de qual modelo de reserva de vagas será adotado ficou para a próxima reunião da câmara, marcada para o dia 5, na Pró-reitoria de Graduação.

Ontem, os percentuais de co-

debate que antecedeu a dis-
vagas reservadas.

Percentual de reserva é ponto polêmico

O percentual de reserva de vagas defendido pela comissão pró-cotas - 52% - é um dos pontos mais polêmicos entre os membros da câmara de graduação. Por esse, e outros pontos, muitos optaram por adiar a regulamentação do sistema de reserva. "Existem coisas que ainda precisam ser analisadas com mais tempo. Tanto os percentuais das cotas quanto o tempo em que essa política afirmativa vai funcionar", afirmou outro membro da câmara, professor Geraldo Sisquini, que também coordena o curso de Engenharia Mecânica. Ele alega que é a favor da política de cotas, mas salienta que ela não pode acontecer isolada de políticas de investimento no ensino básico. "Se o ensino básico fosse melhor, não haveria necessidade de cotas. Com esse percentual de 52%, como vai ficar a situação de cursos que chegam a ter disputa de 40 candidatos por vaga? Por isso, muitas pessoas acreditam que o foco deveria ser o investimento nos ensinos médio e fundamental", afirma.

"Para cotas, não pode ter renda alta"

JANAÍNA VAZZOLER
Universitária, 21 anos

"Para saber quem deve ter direito às cotas, além da autodeclaração do candidato, também devem ver se não tem renda alta, porque os excluídos não são só negros. Quanto à ascendência, acho que só poderia participar quem fosse pelo menos neto de negro. No meu caso, apesar de ter mãe negra, estudei em escola privada com bolsa".

"Deveria ter cota para renda baixa"

LAÉRCIO DE SOUZA PEREIRA
Universitário de 25 anos

"Acho que vai ser meio esquisito quando a pessoa entrar pelas cotas. Vai acabar sendo discriminada, tachada de burra, o que não resolveria o problema atual. Deviam melhorar a base da educação. Mas não sei se sou contra as cotas. Se elas existirem, devem ser também para quem estuda em escola pública e tem renda baixa."

"É válido como medida provisória"

VIVIAN FERNANDA BALBINO
Universitária de 22 anos

"Concordo que sejam criadas cotas para estudantes de escolas públicas, para se garantir que sejam para pessoas de renda mais baixa, mas só como medida provisória, enquanto se reforma o ensino público. Tenho uma amiga que é filha de negros e se recusa a entrar nesse sistema de cotas, porque vai separar ainda mais." FOTOS: EDSON CHAGAS

Cotas na universidade

O que foi decidido

A câmara de graduação da Ufes aprovou a adoção de política afirmativa com reserva de cotas para negros, índios e alunos da rede pública de ensino. A votação não incluiu, porém, como essa política de cotas vai se dar na prática, ou seja, não foi aprovada a regulamentação dessa medida. A câmara de graduação é composta por 45 coordenadores de cursos, sendo que a presença de 23 já garantia a votação. Nela, apenas seis foram contra a adoção da política de reserva de vagas.

A proposta

Uma comissão pró-cotas foi criada para apresentar proposta a ser aplicada na Ufes. O modelo foi apresentado em agosto de 2005 e defende 52% de vagas para negros, estudantes da rede pública e índios, na seguinte proporção: 26%, 25% e 1%, respectivamente. A proposta difere do projeto que está no Congresso, que determina a reserva de 50% das vagas para estudantes de escolas públicas e dentro desse percentual, vagas para negros e índios de acordo com a população local.

O que vai acontecer

A câmara de graduação da Universidade Federal do Espírito Santo volta a se reunir no dia 5 de abril, dessa vez, para aprovar o modelo de sistema de cotas para ser implantado já no vestibular da universidade de 2007. Da câmara, que é composta por 45 coordenadores de cursos, a proposta aprovada segue para o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Cepe), última instância a votar o assunto.

O NÚMERO

10,6 mil

Esse é o número de estudantes cotistas hoje no Brasil, segundo dados do Ministério da Educação (MEC), até o final do ano passado. A meta do Ministério é chegar a 25 mil estudantes cotistas até o final de 2006.